

## **Maternidade e Feminismo: notas sobre uma relação plural**

Georgiane Vásquez<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem por objetivo abordar a construção histórica acerca da maternidade elaborada pelos discursos religioso e médico e debater sobre como o movimento feminista, por meio de suas variadas vertentes, tratou a maternidade. Para tanto, optamos em termos metodológicos, por utilizar a pesquisa bibliográfica com o intuito de verificar como campos tão distintos de conhecimentos se articularam ou se confrontaram na tentativa de significação da experiência feminina com a maternidade. Como elemento articulador de análise se utiliza a categoria analítica de gênero que, para além da visão dicotômica da divergência entre os sexos, pode ser utilizada como um categoria explicativa na formação de uma visão sobre o mundo e os papéis sociais.

**Palavras- Chave:** maternidade, feminismo, gênero, discursos.

### **Motherhood and Feminism: notes about on a plural relationship**

**ABSTRACT:** This article aims to address the historical building on the maternity prepared by medical and religious discourses and discuss how the feminist movement, through its varied aspects, treated motherhood. For that, we opted in methodological terms, by using the literature search in order to verify how such different fields of knowledge were articulated or confronted in trying to significance of women's experience of motherhood. As an organizer of element analysis using the analytical category of gender that, beyond the dichotomous view of the divergence between the sexes, can be used as an explanatory category in forming a view on the world and social roles.

**Key words:** motherhood, feminism, gender discourses.

### **NOTAS PRELIMINARES**

As relações humanas por si só são relações complexas. Todavia, dentro da ampla rede de possibilidades de interações que a humanidade desenvolve entre si a maternidade pode ser vista como peculiar. A construção do sentimento materno, apresentado pelo senso comum e por alguns dos especialistas nas áreas médicas e religiosa, como algo pertencente a todas as mulheres foi questionado ao longo do século XX pelas próprias mulheres, a partir do movimento feminista. Todavia, a

---

1 Doutoranda em História. Universidade Federal do Paraná (UFPR).

representação social da mulher-mãe como “padrão de Mulher” ainda se manteve fortemente enraizada no imaginário social.

Segundo Badinter (1985) ao longo do referido século a maternidade foi alvo de uma intensa campanha por parte dos governos e da sociedade de um modo geral, não sendo por acaso que o século XX foi consolidado pela literatura médica como “o século da criança”. Neste sentido, a maternidade não deveria ser definida apenas como um fenômeno biológico (mulheres engravidam porque seus corpos foram concebidos para isso), mas antes da questão de continuidade da espécie se levantou o argumento da afetividade, do amor materno e incondicional. Se construiu a ideia de que mulheres tinham, portanto, uma dupla tendência à maternidade, uma de caráter biológico e outra de caráter sentimental. Esta construção histórica a respeito da relação mãe e filho, desencadeou sentimentos de perplexidade e até mesmo revoltas quando uma mulher, biologicamente capaz de gerar a vida, se recusava a engravidar ou optava pela eliminação do feto.

Estudos mostram<sup>2</sup> que as mulheres que se recusaram a levar a cabo uma gestação já iniciada foram condenadas no plano moral, ou seja, foram afastadas ao menos temporariamente de sua rede de amigos e relacionamentos, além de terem seus corpos e suas vidas vasculhadas por juristas, médicos e até “curiosos”. Fica evidente que a recusa feminina à maternidade, não importando os motivos, causava e, ainda causa, certo espanto e questionamento. Uma “mulher normal” deveria desejar ardentemente ser mãe e amar de forma plena e incondicional a vida do feto e depois da criança nascida.

Assim, o ideal materno foi sendo paulatinamente moldado por práticas discursivas diversas e, dentre elas, em especial, a medicina e a religião. Ao se pensar em possibilidades do debate histórico acerca da maternidade, acredita-se que *a priori*,

---

<sup>2</sup> A professora Joana Pedro (UFSC) se dedicou a análise de práticas de aborto e infanticídio usando diferentes fontes históricas. O grupo de estudo liderado pela pesquisadora se consolidou como sendo um dos mais importantes no país vinculado a área dos estudos de gênero. A negação da maternidade foi punida de diferentes maneiras ao longo da história. Em alguns casos o poder judiciário, por meio da ação policial, foi acionado para tratar de questões referentes a esta negação. Em outros casos, as próprias mulheres ou familiares acabavam por ajudar ou punir as envolvidas em abortos e infanticídios, no sentido de excluí-las de redes de sociabilidades ou divulgar suas histórias íntimas para outras pessoas. Sobre estas temáticas ver PEDRO, J.(org) Práticas Proibidas, Práticas Costumeira de aborto e infanticídio. Século XX. Florianópolis, 2003. VAZQUEZ, G. Mais cruéis que as própria feras: aborto e infanticídio nos Campos Gerais entre o século XIX e o XX. Dissertação. Mestrado em História. UFPR, 2005.

deve-se refletir sobre a importância da maternidade e do papel sócio-cultural da mulher-mãe no decorrer do século XX. Período histórico de extrema valorização da criança, no século em questão, “as crianças tornaram-se mais caras, mais escassas, mais valiosas, mais indisciplinadas e até mais poderosas” (THERBORN, 2006, p.334). Desta forma, acredito ser um dos eixos norteadores deste debate como o movimento feminista, acontecimento social e político por excelência, tratou a questão da maternidade a partir desta construção sócio-cultural já estabelecida pelos campos médico e religioso. A vinculação da mulher completa à imagem da mãe protetora foi feita por diferentes discursos, mas o mais antigo deles foi o religioso.

### **A PUREZA DA MÃE: MARIA E A MATERNIDADE REDENTORA**

Não há meio para se debater a maternidade sem entender como sua construção histórico-social foi elaborada e, para tanto, a análise sobre o uso da mãe- virgem e pura, Maria, é fundamental. Esta representação religiosa é fundante para a cultura ocidental do ideal de maternidade e, desta forma, foi a figura de Maria que ajudou a consolidar um estereótipo de maternidade e de feminilidade.

Ao se articular maternidade ao mito de mulher-perfeita não há como não debater a mariologia<sup>3</sup>. De acordo com Heinemann (1999) na história da teologia e da devoção cristã, Maria sempre teve um papel de destaque. Mais do que em termos dogmáticos e canônicos, Maria se apresentava para os devotos e, para as mulheres em particular, como um refúgio, uma mulher a quem poderiam recorrer como ‘uma mãe’, muitas vezes fugindo de um Deus que mais parecia um homem severo. Porém, é necessário destacar que a Mariologia como nos chegou não foi simplesmente uma adoração a “uma mãe”, mas, antes de qualquer coisa, foi uma verdade teológica desenvolvida por homens celibatários de uma determinada igreja.

Desta forma, Maria foi construída como exemplo de mãe, ou melhor, foi discursivamente criada como sendo “a mãe” por excelência. Ela é aquela que tudo suporta, que sofre calada, que se mantém casta<sup>4</sup> mesmo depois do parto. Tal condição de Maria foi consolidada na teologia católica como forma de livrá-la do

---

<sup>3</sup> Doutrina Católica Teológica que visa o estudo sobre Maria, mãe de Jesus Cristo.

<sup>4</sup> Debates teológicos apontam para a castidade de Maria como fator que a diferencia das demais mães. Enquanto todas as mulheres mães concebem seus filhos a partir de uma relação sexual Maria se mantém “pura e casta”. Devido a isso, segundo a tradição católica, seu parto foi realizado sem dor e sem sujeira (sangue).

“pecado original” que paira sobre as mães e a maternidade, desde a “queda” de Eva. Segundo Heinemann (1999) a lesão causada à mãe durante o parto é um sinal especial da maldição do pecado original. Só o parto de Maria foi indolor, enquanto todos os demais têm que sofrer a maldição de Deus. A teóloga salienta que no livro Bíblico de gênesis as mulheres são amaldiçoadas em suas dores de parto sete vezes em uma página. Assim, fica evidente, que a representação de mulher mãe cristã, tão amplamente difundida pela Igreja Católica ao longo dos séculos se mostra intimamente vinculada a uma representação social de sofrimento e paralelamente sublimação. (HEINEMANN, 1999, p.362).

Portanto, o campo religioso católico construiu práticas discursivas a respeito da maternidade idealizada, de uma maternidade artificial e até inatingível, visto que a mácula do pecado original e do ato sexual, estão presentes nas demais mães do mundo, a exceção de Maria. Desta forma, para diminuir a “culpa” da luxúria do ato sexual caberia a mulher ser uma boa mãe, ou seja, colocar a criança em primeiro lugar na sua vida, ser recatada, ser generosa, ser compreensiva e sofrer calada. Eis o ideal cristão de maternidade que deveria ser o norte das mulheres em geral.

Esta representação está ainda fortemente enraizada na concepção religiosa e, tal discurso ainda faz eco na sociedade dos fins do século XX e início do século XXI. Desta forma, percebemos que ao se defrontar ou mesmo ao questionar a ideia de maternidade como elemento definidor da condição de feminilidade, o movimento feminista estava tocando em “algo sagrado” e, portanto, qualquer tentativa de debate questionando a maternidade como condição de felicidade ou redenção feminina estaria fadado a enfrentamentos severos e até certo descrédito por parte de alguns setores sociais, principalmente aqueles ligados a grupos religiosos.

Todavia, o campo religioso não foi o único a pretender o controle sobre a representação de uma mãe ideal. Outra área, de certa forma até oposta à religiosa, se consolidou a partir de meados do século XIX como fonte de verdade sobre a maternidade e os benefícios que isso traria às mulheres, esta área de conhecimento foi a medicina.

## **OS MÉDICOS E A MATERNIDADE**

Paralelo a construção religiosa de maternidade, o campo médico procurou lidar com “uma mulher real”, todavia, que necessitava ser instruída sobre *como ser*

*mãe*. Para Martins (2011) a medicalização do parto e da maternidade em países como os Estados Unidos, Inglaterra, França, Noruega e Suécia se deu no início do século XX, enquanto que no Brasil o parto hospitalar e as inúmeras consultas que o acompanham só passaram a ser uma rotina a partir de 1960. Desta forma, é necessário entender que a maternidade e a infância passaram a ser alvo de políticas públicas ao longo do século XX. Contudo, não se trata de uma valorização da mulher enquanto cidadã, ou da concepção universalista de direitos, mas sim de um enaltecimento da função maternal feita pelo discurso médico em articulação ao discurso religioso.

Para Foucault (1985) a sociedade moderna foi demarcada pelo paulatino processo de educação de corpos. Assim se percebe que as intervenções dos saberes, em especial os saberes médicos sobre os corpos, tem sido uma constante na contemporaneidade. As mulheres e seus corpos passaram por este processo de interferência de forma mais intensa por sua relação com a capacidade de gestar e parir. Este momento singular na vida feminina deixou de ser assunto de cunho privado exclusivamente e, se transferiu para a esfera pública, ou seja, com a interferência médica-hospitalar no parto a maternidade ganhou uma politização.

O campo da medicina, ao longo do século XIX, voltou seu olhar para as mulheres, não mais de maneira generalizada, mas sim para o corpo da mulher e suas especificidades, ou seja, a maternidade. Distantes da imagem aterrorizante de cirurgiões cheios de dúvidas e inexperientes em manobras onde o corpo era um campo de experiências inseguras, os médicos de fim do século XIX paulatinamente adquirem respeitabilidade diante de sua clientela. Esta valorização do saber médico sobre as mulheres foi reforçada por meio do “cientificismo-higienista” que permitiu “aos médicos expandir o controle sobre a família, normatizando os corpos e os procedimentos, disciplinando a sociedade, ordenando o sexo e os prazeres”. (MATOS, 2000, p.82).

Na segunda metade dos oitocentos a prática referente ao diagnóstico e ao tratamento de enfermidades do corpo feminino derivados da maternidade ou da condição específica de mulher recebeu o estatuto de especialidade dentro da medicina. Este novo campo foi definido como a “ciência da mulher”. Foi, portanto, nas últimas décadas do século XIX que a mulher passou a ser reconhecida como uma categoria singular entre a clientela dos médicos, definindo-se a partir de então como

um conjunto característico de pacientes, cujas particularidades exigiam zelos e serviços de um profissional que a notasse como um todo e não simplesmente como um corpo grávido.

Esta particularidade sexual feminina acabou por incentivar o desenvolvimento da especialidade médica vinculada ao tratamento cirúrgico dos órgãos das mulheres, indo ao encontro do desejo de conhecer e controlar sua diferença (MARTINS, 2000, p.113-116). Este agrupamento médico dedicado ao estudo do corpo e da sexualidade feminina observou que a Natureza não havia criado um “macho imperfeito”, como era representada a figura feminina, mas sim um ser com natureza específica e principalmente com uma função sócio-cultural determinada: a maternidade.

Caberia então ao médico proteger as mulheres, pois cada vez mais a ciência médica se interessava pela natureza feminina e as doenças de seu corpo. Tal atenção teve como efeito a formação das especialidades voltadas para a diferença feminina, gerando a consolidação da ginecologia e a obstetrícia.

De acordo com as considerações de Schwengber (2007) a politização da maternidade e até mesmo dos corpos grávidos ganham espaço no contexto de artefatos específicos como revistas ou jornais que estavam dispostos a divulgar o saber médico sobre a maternidade. Este fato demonstra a importância que a medicina assume, ocupando posição de destaque no processo de constituição de sujeitos contemporâneos e suas subjetividades. É importante destacar que para a medicina até próximo ao fim do século XX, “a mulher e a mãe não convivem no mesmo corpo, pois o exercício da maternidade exigiria tamanho grau de dedicação e abdicção que toda a estrutura sexual da mulher ficaria comprometida” (SCHWENGBER, 2007, p.127). Além disso, a importante articulação entre medicina e maternidade foi construída com o argumento de que saberes do discurso médico eram necessários para disciplinar práticas femininas vistas como perigosas e ultrapassadas. Assim, o discurso médico foi paulatinamente definindo-se como o saber que respondia de forma absoluta, as dúvidas femininas sobre o processo da gravidez e dos cuidados com os bebês.

As reflexões sobre como os campos religioso e o médico efetuaram a valorização da maternidade e acabaram por normatizar parte da sexualidade feminina, desta forma são fundamentais para se entender os motivos que levaram o movimento feminista, de diferentes maneiras, a se inquietar com a construção social

da mulher-mãe. Questionar o “dogma” da felicidade feminina por meio da maternidade não foi tarefa fácil e, deste modo, o feminismo não apresentou uma concepção homogênea sobre tal questão haja vista o quão grande era o enraizamento moral e social articulado “a maternidade”.

Para expor as relações entre feminismo e maternidade considera-se necessário mapear as múltiplas nuances do próprio feminismo como movimento social. Tal questão será abordada doravante.

### **OS FILHOS QUE EU QUISER, QUANDO EU QUISER E COM QUEM EU QUISER....**

O movimento feminista, como todos os demais movimentos sociais está sujeito a elogios e a críticas. É um movimento moderno que tem seu embrião nas ideias iluminista e nas concepções e transformações efetivadas a partir das Revoluções Francesa e Americana.

Tais movimentos podem ser considerados fundadores dos ideais feministas na medida em que almejavam a igualdade de direitos sociais e políticos. A ideia de que era possível uma igualdade entre os homens levou a concepção desenvolvida por algumas mulheres de que também era possível uma igualdade entre homens e mulheres.

Neste primeiro momento, que podemos historicamente classificar como meados do século XIX, a luta maior, ou talvez única, era pela igualdade jurídica. Desta forma o auge da chamada primeira onda do movimento feminista foi com a luta sufragista.

Segundo Costa (2009), no que tange “a maternidade”, a chamada primeira onda do feminismo, que se estende até as primeiras décadas do século XX, adotou uma postura maternalista. As reivindicações do movimento versavam sobre os direitos da mãe, muitas vezes incorporando direitos trabalhistas como luta pela criação da licença maternidade. Dentro desta perspectiva percebemos que o feminismo deste momento não questionava de forma alguma o papel que a maternidade exercia sobre a vida das mulheres. Acredita-se que tal fato se deve a vitoriosa articulação feita por diversos agentes, como o religioso e o médico, entre a felicidade feminina e a maternidade. A ideia de mulher-mãe era tal naturalizada neste

momento histórico que nem mesmo o movimento feminista se propôs a problematizá-la.

Exposto isso, se percebe que a maternidade foi bem normatizada historicamente, primeiro pela moral religiosa e depois pelo cientificismo clínico. Desta forma a experiência da maternidade pode ser analisada como um conjunto diversificado de práticas e representações que moldam a qualidade de ser mãe e mulher.

Considero que a compreensão histórica da maternidade além de ser um ponto crucial para o avanço do debate da área de história das mulheres, também se mostra fundamental para a compreensão da dinâmica do gênero no trabalho de romper com a eternização das estruturas sociais. Contudo, a experiência da maternidade nos foi elaborada pelos campos religioso e médico de forma a-histórica, pois era de tal forma articulada a ideia de que se tratava de um fenômeno vinculado à “essência do ser mulher” e, desta forma, era considerado como condição natural de feminilidade.

Para que a historicização da maternidade fosse realizada foi necessário analisar tal prática pelo viés do movimento feminista em sua chamada ‘segunda onda’. Este movimento não apresentou uma homogeneização de ideias e muito menos de formas de atuação. Contudo, pode ser considerado como um dos mais importantes movimentos sociais do século XX, pois suas reivindicações provocaram mudanças significativas em vários campos da sociedade. Essas mudanças se verificam desde a possibilidade do voto feminino, como já mencionado, até questões vinculadas ao direito reprodutivo e familiar como o aborto e o divórcio. (ALVES; PITANGUY,2003)

Para que fosse possível o debate acerca da maternidade, o movimento feminista, em sua segunda onda, que tem em Simone de Beauvoir e na publicação da obra *O Segundo Sexo*, em 1949, um de seus marcos fundamentais, contestou veementemente o determinismo biológico ou destino divino que ligava as mulheres à condição natural de mãe. Defendia-se neste momento do feminismo a ideia de que “não se nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1949). Assim, o feminismo do pós 2º Guerra questionava a função da maternidade indo de encontro com tendências conservadoras que defendiam a família, a moral e os ‘bons costumes’. Esta etapa do movimento pode ser considerada como um marco, como um divisor de águas, entre o

feminismo igualitarista, que foi chamado de 1º onda do feminismo e defendia majoritariamente os direitos civis, para um feminismo centrado na mulher, ou seja, na qual a mulher é sujeito das preocupações, iniciando desta forma a politização das chamadas “questões privadas”.

Para Scavone (2001) foi a partir da segunda metade do século XX que a maternidade começou a ser compreendida como uma construção social que designava o lugar da mulher na família e na sociedade. Com esta reflexão as feministas do pós-guerra denunciavam que a maternidade era a principal causa da dominação do sexo feminino pelo sexo masculino.

Sendo assim, neste momento do feminismo a maternidade foi reconhecida como um “defeito” que acabava por confinar as mulheres em uma espécie de “bio-classe”. Desta forma, a recusa a maternidade seria para essas feministas, o primeiro passo para eliminar a dominação masculina e possibilitar que as mulheres buscassem ampliar seus horizontes, principalmente no espaço público.

Tais reivindicações acarretaram em alguns direitos como a descriminalização do aborto em boa parte dos países europeus e nos Estados Unidos, além da revolução da pílula dos anos de 1960. Sendo assim, o feminismo conseguiu reelaborar, ao menos parcialmente, as representações sobre a maternidade e ampliou o que poderia chamar de ‘identidade feminina’, uma vez que até este momento histórico a maternidade era a peça fundamental na construção do sujeito mulher e, a partir dos questionamentos feitos pela segunda onda do feminismo, a “identidade feminina” passou a ser vista de forma mais ampla e mais completa, buscando novas potencialidades para a mulher em sociedade.

Após esta fase, chamada por alguns de feminismo radical, veio a pergunta: *será que as mulheres querem ser definidas sem a maternidade?* E a partir de então se estabelece um novo momento na relação feminismo-maternidade.

A partir da década de 1970 o movimento feminista estabelece um diálogo mais intenso com as ciências humanas e sociais de forma geral, fato que reforça essa nova abordagem dada à maternidade. O feminismo passa a considerar algumas teses lacanianas que valorizavam o protagonismo da mulher durante a gestação. O poder da mulher residia justamente na capacidade de gerar o ‘outro’ dentro de si mesma. Dentro desta concepção, pela maternidade as mulheres poderiam se relacionar com

'o outro' sem cair na armadilha de abdicar de sua própria identidade.(CORNELL, D. ; THURSCHELL, 1987)

A maternidade, que fora renegada pelas feministas dos anos de 1950 e 1960 ganhou um novo significado a partir da década de 1979 e começou a ser percebida como um potencial de poder insubstituível das mulheres, algo quase que invejado pelos homens. Assim, a compreensão da maternidade se articulou a ideia de um poder bio-psico-social feminino. Esta articulação entre maternidade e poder serviu para aproximar o movimento feminista das demais ciências sociais, como a psicologia e a própria antropologia. (KITZINGER,1978).

A partir dessas reflexões o movimento feminista apontou para uma articulação entre as correntes mencionadas acima. O feminismo chegou ao final do século XX ainda inquieto com relação a maternidade. Porém, neste momento não é apenas um fato biológico (maternidade) que determina a posição das mulheres nas relações de gênero, mas a opressão ainda se dá pelo significado social dado à maternidade, ou seja, a dominação de um sexo sobre outro só pode ser explicada social e não biologicamente.

Cabe aqui dizer que a própria concepção de gênero pautada exclusivamente na ideia da diferença ruiu. A ideologia da diferença de gêneros força o sujeito diferenciado a uma guerra consigo mesmo e esta batalha é travada não no campo biológico apenas, mas majoritariamente no campo social. Assim, a opressão contra a qual as feministas lutavam e lutam não se expressa pelo “destino biológico” da maternidade, mas da significação e dos discursos sociais atribuídos a maternidade.

Esta nova abordagem do movimento feminista além de repensar as questões vinculadas à maternidade iniciou uma revolução na própria categoria analítica de gênero. Se as chamadas “feministas radicais” da segunda onda denunciavam a maternidade como auge da opressão feminina, pois domesticava e limitava seus corpos de acordo com determinações discursivas da religião, da ciência e da própria sociedade, o feminismo do fim do século XX iniciou o questionamento desta diferenciação biológica como sendo causadora da discriminação.

Este momento do feminismo busca extrapolar as divisões, muitas vezes limitadoras, do próprio gênero. Em última análise, uma revolução feminista completa

libertaria mais que as mulheres. Libertaria formas de expressão sexual, e libertaria a personalidade humana da camisa-de-força dos papéis de gênero.

Todavia, a maternidade ainda é um dos debates mais calorosos nesta discussão, tendo em vista que o útero é um órgão ímpar no corpo da mulher. Assim a capacidade de gestar uma nova vida poderia colocar a mulher em idade fértil como um ser diferenciado. Porém, as discussões deste “novo feminismo” se articulam no sentido de que a ideia de diferença é inseparável de uma noção de relacionalidade. Desta forma, se argumenta que a maternidade não é uma essência que, de modo exato, defina ou limite o que somos.

A tentativa de desconstruir a concepção de essência feminina ligada “a maternidade” busca afirmar a ideia de multiplicidade e ao mesmo tempo inaugura a possibilidade de que “o outro” não está ali como limite.(CORNELL; THURSCHELL, 1987). Assim, o próprio movimento feminista inicia uma reflexão sobre suas práticas e discursos, principalmente no que se refere a maternidade.

Fica evidente, portanto, que a maternidade nunca mais será a mesma depois do feminismo, dos múltiplos feminismos. Até o século XX, a experiência feminina da maternidade não era historicizada, pois era pensada de forma natural, inscrita no corpo e na mente das mulheres desde sempre. A partir do feminismo, mesmo que com variados olhares sobre a experiência de maternidade, tal vivência feminina com seus corpos, com outro ser humano e, com o mundo, passou a ser objeto de reflexão.

Acredita-se que a imensa contribuição do feminismo à maternidade foi justamente a sua desnaturalização. Neste ponto a reflexão feminista muito contribuiu para a compreensão do fenômeno social da maternidade dentro e fora da família. Desta forma, percebe-se que a maternidade possui variadas facetas, podendo ser abordada como símbolo de opressão, símbolo de realização ou simplesmente como uma experiência sócio-biológica feminina.

Foi o movimento feminista que denunciou, por meio de sua segunda onda, que o fenômeno do patriarcado tem suas origens e se reproduz no fato da responsabilização quase que exclusiva das mulheres nos cuidados com seus filhos e que tal tarefa social impossibilitava, ao menos parcialmente, de uma maior participação da mulher na esfera pública. Já o movimento feminista da atualidade não busca simplesmente a negação da maternidade de forma radical, mas sim uma

atuação conjunto entre homem e mulher para a criação de filhos, se desejarem ter filhos.

Tal remodelamento dos papéis afetivos vinculado à maternidade ou simplesmente à criação de crianças vai ao encontro de uma negação veemente de papéis estanques de gênero. Foucault<sup>5</sup> considerou a psicanálise como a “tecnologia-mestra” usada na sociedade contemporânea para se tentar definir um Eu social. Isso de deu pelo uso de procedimentos que incitavam os indivíduos a revelar ‘verdades ocultas’ sobre si mesmos na tentativa de definir um sujeito individual que assume um determinado papel sexual.

Ao criticar tal prática da psicologia Foucault questiona também a ideia de identidade sexual individual e até a possibilidade de uma identidade individual. Para ele o apego a uma identidade, seja ela materna ou feminina, que se reconhece e é reconhecida por outrem, não resulta simplesmente de uma interação social, mas, sobretudo, é resultado das formas de interações peculiares às ‘tecnologias da formação do Eu’ que proliferam na chamada sociedade disciplinar. Desta forma a elaboração de uma identidade individual, aqui analisada como a identidade materna, não contesta, mas apenas confirma a força disciplinadora de alguns discursos.

Neste sentido é que o feminismo da contemporaneidade pretende romper com categorias fixas e fechadas para a ideia de uma possível “identidade feminina”, pois a luta contra a sociedade disciplinar, que tanto oprimiu as mulheres por meio do ideal estereotipado de maternidade, deve ser travada contra, e não em favor de uma identidade sexual. Assim, acredita-se que o copo da mulher (e a maternidade vinculada a ele) pode ser um dos elementos essenciais na formulação feminina com o mundo. Mas o corpo não é suficiente para defini-la como mulher nem como mãe, ou seja:

(...) podemos voltar àquela promissora sugestão de Simone de Beauvoir, a saber, que as mulheres não têm essência absolutamente alguma [nem materna], e, pois, nenhuma necessidade natural, e que, de fato, o que chamamos essência ou fato

---

<sup>5</sup> Sobre as concepções de Foucault a este respeito dialogando com o movimento feminista ver: BALBUS, ISAAC D. Mulheres Disciplinantes: Michel Foucault e o poder do discurso feminista. IN: CORNELL, D. (org) *Feminismo como crítica da modernidade*. Releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1987.

material não passa de uma opção cultural imposta que se tem disfarçado como verdade natural. (BUTLER, 1987, 109)

Concluimos que o movimento feminista não se mostrou homogêneo com relação a maternidade. Se num primeiro momento a maternidade era naturalizada pelas próprias feministas, que adotavam posturas bastante maternalistas, na chamada segunda onda a maternidade foi descrita como principal forma de dominação. Durante a segunda onda do feminismo, o chamado feminismo radical, apenas se preocupou em denunciar a maternidade e tal prática acabou por afastar o movimento do cotidiano da maioria das mulheres. Contudo, uma espécie de conciliação entre o feminismo e a maternidade foi selada a partir dos anos de 1970 com a tentativa da valorização da diferença, ou seja, a maternidade é uma fonte de poder exclusivamente feminino.

Para além do debate sobre a maternidade, o movimento feminista entra no linear no século XXI com uma nova roupagem, que extrapola a ideia de diferença e, almeja defender um novo mundo onde os limites do gênero não sejam determinantes, discriminadores e muito menos excludentes. Desta forma, acredita-se que a maternidade, pensada à luz desta nova concepção possa ser analisada como uma experiência ética plural.

Nem negada, nem idealizada, a maternidade tem sido e deve ser pensada a partir das múltiplas realidades históricas, sociais e culturais das mulheres e homens. Vista assim ela se torna também um dos elementos constituintes das relações de poder formadoras da sociedade.

## REFERÊNCIAS

ALVES, B. PITANGUY, J. *O que é feminismo*. 8ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

BADINTER, E. *Um amor conquistado*. O mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BALBUS, ISAAC D. Mulheres Disciplinantes: Michel Foucault e o poder do discurso feminista. IN: CORNELL, D. (org) *Feminismo como crítica da modernidade*. Releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1987.

BUTLER, Judith. Variações sobre sexo e Gênero: Beauvoir, Wittig e Foucault. IN: CORNELL, D.(ORG) *Feminismo como crítica da modernidade*. Releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1987.

BEAUVOIR, Simone de. *Le Deuxième Sexe*. Gallimard, Paris, 1949, vol II.

CORNELL, D.; THURSCHELL, A. Feminismo, negatividade, intersubjetividade. IN: *Feminismo como crítica da modernidade*. Releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1987.

COSTA, Ana A. A. O Movimento feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. IN: PISCITELLI, A.; PUGA, V. ET ALL. *Olhares feministas*. Brasília: imprensa oficial, 2009.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 1985.

HEINEMANN, Uta Ranke. *Eunucos pelo Reino de Deus - mulheres, sexualidade e Igreja Católica*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1999.

KITZINGER, S. *Maes: um estudo antropológico da maternidade*. Portugal: Presença, 1978.

MARTINS, Ana Paula V. *A medicina da mulher: visões do corpo feminino na constituição da obstetrícia e da ginecologia do século XIX*. Tese. Doutorado em História. UNICAMP, 2000, pp 113-16. 51.

MARTINS, Ana Paula V. *Historia da maternidade: arquivos, fontes e possibilidades de análise*. Disponível em [www.amigasdoparto.com.br](http://www.amigasdoparto.com.br). Acesso em 6 de abril de 2011.

MATOS, Maria I. Em nome do engrandecimento da nação: representações de gênero no discurso médico – São Paulo 1890-1930. IN: *Diálogos: Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá*. Maringá: Editora da UEM. V. 4, nº 4, 2000.

PEDRO, Joana.(org) *Práticas Proibidas, Práticas Costumeira de aborto e infanticídio. Século XX*. Florianópolis, 2003.

RUBIN, G. "The Traffic in women : notes on the political economy of sex" (New York: Monthly Review Press, 1975), 179. IN: CORNELL, D.; THURSCHELL, A. Feminismo, negatividade, intersubjetividade. IN *Feminismo como crítica da modernidade*. Releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1987.

SCAVONE, L. A maternidade e o feminismo: dialogo com as ciências sociais. *Cadernos Pagu*. São Paulo: 2001.

SCHWENGBER, M.S.V. Distinções e articulações entre corpos femininos e corpos grávidos na Pais e Filhos. IN: *História: questões e debates. Parto e Maternidade*. N. 47, ano 24. 2007.

THERBORN, G. *Sexo e poder. A família no mundo. 1900-2000*. São Paulo: Contexto, 2006.

VAZQUEZ, G. *Mais cruéis que as própria feras: aborto e infanticídio nos Campos Gerais entre o século XIX e o XX*. Dissertação. Mestrado em História. UFPR, 2005.